**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

O **MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS**, **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, com sede à Av. Santos Dumont, 75 - Centro, nesta cidade, por seu Prefeito, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que realizará LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com base no Art. 28, I, da Lei 14.133/21, por meio da INTERNET, cuja sessão será realizada pelo pregoeiro **Cleomar Thiesen,** nomeado pela Portaria nº 4133/2026. A presente licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal 123/06; Decretos Municipais 26 a 36/2023 e suas alterações legais e pelas condições previstas neste Edital e seus anexos.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site www.portaldecompraspublicas.com.br nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às **08hs12min do dia 25 de novembro de 2026.**

## 1. OBJETO:

**AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AÉREO NÃO TRIPULADO (DRONE/VANT) MULTIRROTOR DE MAPEAMENTO, COM RTK, BATERIAS ADICIONAIS E ACESSÓRIOS OPERACIONAIS, CONFORME NATUREZA, CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I DESTE EDITAL). EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL Nº 42//2025 - VEREADOR D.L.M**

## 2. LOCAL, DATA, HORÁRIO PARA CREDENCIAMENTO, INTERVALO DE LANCE E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1 LOCAL: PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS – www.portaldecompraspublicas.com.br;

2.2 DATA**: 25/11/2026.**

2.3 RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 08hs10min

2.4 HORÁRIO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08h12min

2.5 INTERVALO DE LANCE: R$ 0,01 (um centavo)

Obs. Todas as referências de tempo observam o horário de Brasília e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

## 3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

3.1. MODALIDADE: Pregão Eletrônico.
3.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Aquisição pelo **Menor Preço por Item**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
3.3. MODO DE DISPUTA: Aberto

3.4. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA: O objeto (aeronave e acessórios) deve ser entregue em até 30 (trinta) dias corridos da ordem de fornecimento, na Secretaria Municipal de Obras e Viação, em horário administrativo, com manuais em português, termo de garantia, nota fiscal única e comprovante de homologação na Anatel. As despesas de transporte, seguro e embalagem são da CONTRATADA. Deverá ser entregue, com a aeronave, nota técnica que descreva o formato dos metadados registrados em cada imagem (EXIF/XMP e status RTK), para assegurar a compatibilidade com o software de processamento a ser utilizado pelo Município. Nos prazos estipulados no Termo de Referência (Anexo I) deve ser realizado o treinamento previsto. A entrega deve ocorrer aos fiscais contratuais Leonardo Guimarães Machado e Gelson Getelina.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes Dotações Orçamentárias:

**Órgão: Secretaria Municipal de Obras**
**Despesa: 127 - 4.4.90.52.00.00.00.00 equipamento e material permanente**
**RECURSO EMENDA IMPOSITIVA 42/2025**

**3.6.** PAGAMENTO: O pagamento será efetuado mediante cheque, podendo ser efetuada mediante transferência bancária se o Banco for condizente à conta de recursos utilizada pelo município, conforme cronograma de pagamento e disponibilidade de caixa a data pretendida. Não há possibilidade de pagamento por transferência, caso haja despesas bancárias para tal. A empresa poderá na proposta, indicar mais de uma conta bancária para que possamos utilizar o mesmo banco quando do pagamento, havendo

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

liquidez imediata. O pagamento será efetuado em até 15(quinze) dias após a entrega do objeto, mediante apresentação do documento fiscal correspondente ao objeto contratado e conferência e atestado de recebimento do objeto pelo fiscal do contrato.

3.6.1 Os valores pagos em atraso, somente serão corrigidos, caso derivar de culpa exclusiva do Município, neste caso, os valores serão corrigidos pelo INPC.

## 4. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

4.1 O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado junto com o Pregoeiro (Cleomar Thiesen), na Secretaria de Administração – Divisão de Compras, sito à Av. Santos Dumont, 75 - Centro – Três Passos/RS, em dias úteis, das 08 às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

4.2 O Edital também poderá ser obtido no site do Município: www.trespassos.rs.gov.br no ícone licitações/2026 ou no endereço eletrônico do P*ortal de Compras Públicas*: www.portaldecompraspublicas.com.br

4.3 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro(a) em sentido contrário;

## 6. DA PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que será conferido quando da habilitação, no contrato social da licitante e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS.**

6.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

6.3 Não poderão participar desta licitação os interessados:

6.3.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.3.2 Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

6.3.3 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.3.4 Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

6.3.5 Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

6.3.6 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

6.4 A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

6.5 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

6.5.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

6.5.1.1 Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

6.5.1.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

6.5.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

6.5.3 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

6.5.4 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

6.5.5 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

6.5.6 Que a proposta foi elaborada de forma independente;

6.5.7 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.5.8 Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## 7 DO CREDENCIAMENTO

7.1 Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br; onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento para a sua correta utilização.

7.1.1 Os interessados em se credenciar no Portal de Compras Públicas poderão obter maiores informações na página www.portaldecompraspublicas.com.br; podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimento do Portal ou pelo e-mail falecom@portaldecompraspublicas.com.br;

7.2 É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

7.2.1 Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seus representantes, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.2.2 Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância das mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

7.2.3 Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

7.2.4 Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e,

7.2.5 Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

7.2.6 Enviar, no caso de ser o vencedor, os documentos solicitados pelo pregoeiro no campo próprio do sistema (documentos) ou no prazo de 24h a contar da solicitação da pregoeira através do(s) e-mail(s): prefeituracomprastp@hotmail.com ou compras@trespassos.rs.gov.br;

## 8 DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

**8.1** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

**8.2** A **IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br**.

**8.3** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**8.4** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**8.5** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55, §1º da Lei nº 14.133/2021.

**8.5.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**8.6** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

**8.7** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

**www.portaldecompraspublicas.com.br**, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

**8.8** A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

## 9 ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**9.1** Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas. Os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 9 e 11 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

**9.2** O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema:

9.1.1 O cumprimento dos requisitos para habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital, como condição de participação.

9.1.2 O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar 123/06, como condição para aplicação do disposto nos itens deste edital.

9.2 A falsidade de declaração sujeitará o licitante às sanções legais e multa.

9.3 O não envio dos documentos habilitatórios pelo primeiro colocado ou a inabilitação do mesmo, uma vez que declarou no sistema que cumpre os requisitos de habilitação, nos termos do art. 63, inciso II da Lei 14.133/2021, ensejará a aplicação das penalidades previstas no item 24 deste Edital

9.4 O não envio dos documentos habilitatórios pelo primeiro colocado ou a inabilitação do mesmo, uma vez que declarou no sistema que cumpre os requisitos de

habilitação, nos termos do art. 63, inciso II da Lei 14.133/2021, ensejará a aplicação das penalidades previstas no item 24 deste Edital.

9.5 Eventuais outros documentos complementares à proposta e à habilitação deverão ser inseridos no campo próprio do sistema e outros que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo por este estipulado, o qual será aplicado a todos os licitantes. .

9.6 Enviar, no caso de ser o vencedor**,** a proposta de forma digitalizada, no campo próprio do sistema para fins de abastecimento do programa LICITACON DO TCE ou no prazo de 24h a contar da solicitação da pregoeira através do e-mail: prefeituracomprastp@hotmail.com.br ou compras@trespassos.rs.gov.br, devendo constar preferencialmente o seguinte:

9.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.1.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.1.3 Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

9.1.4 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

## 10 DA PROPOSTA DE PREÇOS E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1 O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

10.2 Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo marca (se a marca identificar a empresa participante informar no campo “marca própria”, referências e demais dados técnicos (conforme o caso), bem como a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas, tais como: vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciária, fiscais e comerciais que eventualmente incidam sobre a operação,

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.3 Qualquer elemento que possa identificar o licitante na fase de cadastramento da proposta no sistema importará na desclassificação da mesma (salvo a inclusão no campo próprio, campo que somente será visualizado após o término da fase de lances), razão pela qual os licitantes não devem fazer constar no sistema ou nas observações do item, informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

10.4 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.5 Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

10.6 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.6.2 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.7 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

10.8 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

10.9 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

10.10 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **24 horas,** sob pena de não aceitação da proposta.

10.10.2 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.10.3 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.10.4 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **cinco dias** úteis contados da solicitação.

10.10.4.1 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.10.4.2 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.10.4.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital e no Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.

10.10.4.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo(s) primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

10.10.4.5 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

10.10.4.6 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 15 (quinze) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

10.10.4.7 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

10.11 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.12 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.13 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.13.2 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.13.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.14 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.15 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 11 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

11.1 Caso atendidas as condições de participação, nos termos do Art. 63, inciso II, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, deste modo, poderá o licitante participante, se desejar, inseri-la previamente no campo próprio já aberto do portal ou apresenta-la no prazo de readequação da proposta ou em diligências com prazo determinado pelo pregoeiro de até duas horas. **Inserindo a documentação de habilitação previamente no campo de habilitação do portal, deverá fazê-lo com zelo, pois conforme as disposições do art. 64 da Lei 14.133/2021, somente poderão ser anexados documentos para complementação ou atualização**. Da mesma forma, todos os documentos de habilitação devem ser inseridos quando da readequação da proposta ou no prazo de diligências, pois não será aberto prazo posterior para juntada de documento que não foi anexado no prazo proposto, por força do art. 64 da Lei 14.133/2021.

11.2 A documentação a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Portal de Compras Públicas, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica, através da apresentação dos documentos e declarações expressos neste edital.

11.3 Caso atendidas as condições de participação, nos termos do Art. 63, inciso II, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, deste modo, poderá o licitante participante, se desejar, inseri-lá previamente no campo próprio já aberto do portal ou apresenta-la no prazo de readequação da proposta ou em diligências com prazo determinado pelo pregoeiro de até duas horas. Inserindo-a previamente no campo de habilitação do portal, caso esteja faltando algum documento terá o prazo para reapresentação do mesmo em diligências, ou readequação da proposta.

11.4 A documentação a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Portal de Compras Públicas, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica, através da apresentação dos documentos e declarações expressos neste edital.

11.4.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações no sistema utilizado (portal de compras públicas) para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

11.4.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

11.5 Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei, conforme art. 15 da Lei 14.133/2021.

11.6 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **até duas** horas sob pena de inabilitação, salvo se outro prazo tiver sido estipulado no chat.

11.7 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.9 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.9.2 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.9.3 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

11.9.4 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.9.5 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.9.6 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.9.7 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.10 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11.11 Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

11.12 **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

11.12.2 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.12.3 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja a autenticidade poderá ser verificada pelo pregoeiro no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.12.4 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

11.12.5 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

11.12.6 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.12.7 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

11.12.8 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.12.9 O ato constitutivo da licitante deverá evidenciar o objeto para análise da compatibilidade com o objeto licitado e o administrador, e preferencialmente estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

## 11.13 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

11.13.2 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

11.13.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.13.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.13.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

11.13.6 Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

11.13.7 Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

## 11.14 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

11.14.2 Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

11.14.3 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

## 11.15 HABILITAÇÃO TECNICA.

11.15.1 Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de equipamento de aerolevantamento (VANT/drone) de natureza e complexidade compatíveis com o objeto, sem exigência de quantitativos mínimos, em razão de o objeto ser de quantidade unitária;

11.15.2 Declaração do fabricante, do importador ou da própria licitante que indique a assistência técnica autorizada no Brasil (razão social, endereço e contato) que atenderá à garantia

11.15.3 A análise da habilitação técnica será realizada pelo servidor Leonardo Guimarães Machado, topografo, Crea 213616/RS, o qual será fiscal contratual.

## 12 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

12.1 No dia e hora indicados no preâmbulo, a(o) pregoeira(o) abrirá a sessão pública, mediante utilização de sua chave e senha.

12.2 O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

12.3 A comunicação entre o pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens e campo próprio do sistema eletrônico.

12.4 Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis no sistema.

## 13 DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

13.1 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada.

13.2 Serão desclassificadas as propostas que:

a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
b) forem omissas em pontos essenciais;
c) contiverem opções de preços ou marcas alternativas ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis;

13.3 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

13.4 As propostas classificadas serão ordenadas primeiro pelo sistema e a pregoeira dará início á fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

13.5 Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

13.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

a) O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

b) O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

c) Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

d) Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

13.7 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

a) O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

b) O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

c) Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

d) Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

13.7.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

## 14 DO MODO DE DISPUTA

14.1 Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos;

14.2 A etapa competitiva de envio de lances na sessão pública, durará dez minutos e, após isso será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

14.3 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

14.4 Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente pelo sistema, a pregoeira poderá, assessorada pela equipe de apoio, admitir o reinicio da etapa de fase de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

14.5 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

14.6 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico – PORTAL DE COMPRAS PÚBICAS – www.portaldecompraspublicas.com.br;

## 15 DA NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

15.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

15.2 A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive nova planilha de custos adequada ao último lance ofertado, ou ao valor

negociado, conforme o caso, e demais que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 8.4 do Edital.

15.3 Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto a adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor de referência da Administração.

15.4 Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

## 16 DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

16.1 Os documentos de habilitação, de que trata o item 11, serão examinados pelo pregoeiro, que poderá verificar a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

16.2 A(s) beneficiária(s) da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 8.2.2 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação que comprove a sua regularidade, **em cinco dias úteis**, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

16.3 Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de sua proposta que atenda ao edital.

16.4 Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

## 17 DO RECURSO

17.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de

pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

17.2 O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

17.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## 18 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1 Resolvido os recursos eventualmente formulados, ou na inexistência de recurso, a Pregoeira, fará a adjudicação dos itens objetos da licitação à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos ao Prefeito de Três Passos, para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

18.2 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

## 19 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

19.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

## 20 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

20.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

20.2 O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

20.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 dias, a contar da data de seu recebimento.

20.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

20.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

20.3.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

20.3.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

20.3.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

20.4 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência ou no instrumento contratual.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

20.5 Previamente à contratação a Administração poderá realizar consultas para identificar possível aplicação de penalidade impedimento de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, ou inidoneidade, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

20.6 As condições de habilitação consignadas neste Edital, deverão ser mantidas pelo licitante durante toda a vigência do contrato.

20.6.1 Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

20.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## 21 DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO E DO EQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO

21.1 O contrato será reajustado, nos termos do art. 25 da Lei Federal 14.133/2021 e do Decreto Municipal 34/2023, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data-base do orçamento estimado.

21.1.1 Considera-se data-base, para fins de reajuste, a data do orçamento estimado, ou da planilha orçamentária constante do processo administrativo ou do Termo de Referência.

21.1.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.2 O valor do contrato será reajustado pelo INPC, obedecendo-se a metodologia de cálculo adequada para sua atualização.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

21.3 Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

21.4 A revisão de contrato ou reequilíbrio econômico-financeiro decorre da imprevisão, consiste em um fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, anormal e extraordinário, que poderá ser concedido a qualquer tempo, e para sua concessão devem ser verificados os seguintes requisitos:

a) evento futuro e incerto;
b) evento ocorrido após a apresentação da proposta;
c) o evento não pode ocorrer por culpa da contratada;
d) possibilidade de revisão seja aventada pela contratada ou pela contratante;
e) modificação consubstancial nas condições contratadas;
f) haja nexo causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos da contratada.
g) demonstração da quebra de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.

22.5 O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação

22.6 A contratada, para fazer jus ao equilíbrio econômico-financeiro, deverá apresentar em até 10(dez) dias após a assinatura do contrato planilha de custos elaborada pelo contador/técnico contábil da empresa e documentos comprobatórios dos preços apresentados. A falta da apresentação desta poderá ensejar o indeferimento do pedido pelo setor de contabilidade.

22.7 Solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o contratante obrigado a responder em até 30 (trinta) dias da data do requerimento.

22.7.1 O não cumprimento do prazo constante no item 22.7 não implica em deferimento do pedido por parte do contratante.

22.7.2 Todos os documentos necessários à apreciação do pedido deverão ser apresentados juntamente com o requerimento.

## 23 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

**23.1** As obrigações das partes estão previstas no termo de referência e no instrumento contratual, anexos a este edital.

## 24 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**24.1** As sanções administrativas serão aplicadas de acordo com os artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021 e das disposições do termo de referência e do contrato.

**24.2** Comete infração administrativa, nos termos da lei mencionada o licitante/adjudicatário que:

**24.2.1** Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

**24.2.2** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**24.2.3** Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**24.2.4** Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

**24.2.5** Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**24.2.6** Apresentar declaração ou documentação falsa;

**24.2.7** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**24.2.8** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**24.2.9** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**24.2.10** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

**24.3** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a)** Advertência por escrito;

**b)** Multa;

**c)** Impedimento de licitar e contratar;

**d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

**24.4** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**24.5** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

**24.6** Serão publicadas no site do Município ou na Imprensa Oficial do Município as sanções administrativas previstas deste edital e a inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

**24.7** Da fraude e da corrupção - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**24.7.1 Definem-se as seguintes práticas:**

**a) prática corrupta:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

**b) prática fraudulenta:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

**c) prática concertada:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

**d) prática coercitiva:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

**e) prática obstrutiva:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja

impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

## 25 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**25.1** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**25.2** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**25.3** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**25.4** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**25.5** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**25.6** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**25.7** O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**25.7.1** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**25.8** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital as do termo contratual.

**25.9** A Administração Pública Municipal, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros,

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

**25.9.1** A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

**25.9.2** A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

**25.10** É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

**25.11** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecomprasplublicas.com.br; e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço www.trespassos.rs.gov.br ícone licitações e compras diretas, ano 2025.

**25.12** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I –** Termo de Referência

**ANEXO II –** Planilha de conformidade técnica – apresentar no momento da entrega

**ANEXO III –** Pesquisa de preços e memória de cálculo

**ANEXO IV** - Modelo de Proposta de Preços;

**ANEXO V –** Modelo de Minuta do Contrato;

Três Passos/RS, 10 de novembro de 2026.

_____
Arlei Luis Tomazoni
Prefeito

De acordo: _____
Carlaile Horbe
Procurador Geral do Município

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

**AQUISIÇÃO DE DRONE (VANT) DE MAPEAMENTO COM RTK, BATERIAS ADICIONAIS E ACESSÓRIOS**

Processo Administrativo nº [____/2026] | Pregão Eletrônico nº [____/2026]

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a **AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AÉREO NÃO TRIPULADO (DRONE/VANT) MULTIRROTOR DE MAPEAMENTO, COM RTK, BATERIAS ADICIONAIS E ACESSÓRIOS OPERACIONAIS**, destinado às demandas de planejamento urbano, regularização fundiária, fiscalização de obras, infraestrutura e atualização do cadastro imobiliário do Município de Três Passos/RS, conforme as especificações, quantidades e condições estabelecidas neste instrumento.

1.2. O item, a sua composição, as unidades e os quantitativos são os seguintes:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. | QTD. |
|---|---|---|---|
| **ITEM ÚNICO – DRONE (VANT) DE MAPEAMENTO COM ACESSÓRIOS** | | | |
| **1** | **Drone (VANT) multirrotor de mapeamento com RTK, com 2 (duas) baterias adicionais (3 no total) e acessórios, conforme item 6.3, com treinamento de operação incluso no fornecimento (item 6.4)** | **CONJUNTO** | **1** |

1.3. O objeto será licitado em item único, adjudicado a um único fornecedor, e compreende a aeronave com os seus acessórios. O fornecimento incluirá o treinamento de operação da aeronave, nas condições do item 6.4, a exemplo da garantia (item 6.5), sem cotação, destaque ou pagamento em separado.

1.4. O objeto é classificado como bem comum, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, pois seus padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos neste Termo de Referência por meio de especificações usuais de mercado. O treinamento de operação é condição de fornecimento do bem, usualmente oferecida pelas revendas sem cobrança em separado, e não constitui item ou serviço autônomo.

1.5. Trata-se de aquisição única, de quantitativo certo, não se aplicando o Sistema de Registro de

Preços.

1.6. O prazo de vigência do contrato é de 6 (seis) meses, contados da assinatura, suficiente para a entrega, o recebimento provisório, o teste de funcionamento, o treinamento, o recebimento definitivo e o pagamento, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021. Por se tratar de contratação de escopo predefinido, aplica-se o art. 111 da Lei. A garantia do item 6.5 e a assistência técnica permanecem exigíveis pelo seu prazo próprio, ainda que posterior ao término da vigência contratual.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação está fundamentada no Estudo Técnico Preliminar – ETP "Aquisição de drone (VANT) de mapeamento com RTK, baterias adicionais e acessórios", que integra o processo administrativo e cujas conclusões foram incorporadas a este Termo de Referência, em cumprimento aos arts. 6º, XXIII, e 18 da Lei nº 14.133/2021.

### 2.2. Descrição da necessidade

2.2.1. A gestão da infraestrutura urbana impõe à Administração Pública municipal um padrão crescente de precisão, agilidade e integração de dados. Projetos de pavimentação, drenagem pluvial, terraplenagem, regularização fundiária, expansão de perímetro urbano e atualização do cadastro imobiliário dependem, em sua origem, de levantamentos planialtimétricos confiáveis e adequados. A qualidade dos dados de levantamento condiciona diretamente a qualidade dos projetos de engenharia subsequentes, o dimensionamento correto de obras e a economicidade da aplicação de recursos públicos.

2.2.2. O aerolevantamento por Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT) consolidou-se como instrumento de referência para captura de dados topográficos em larga escala, por reunir precisão compatível com o levantamento terrestre convencional, elevada produtividade de campo e geração de produtos derivados (ortomosaicos, modelos digitais de superfície e de terreno, nuvens de pontos), diretamente aproveitáveis em ambiente de projeto e de Sistema de Informações Geográficas (SIG).

2.2.3. Nesse contexto, verifica-se a necessidade de dotar o Município de equipamento VANT de precisão, com os acessórios necessários à sua operação, para otimizar a rotina de fiscalização e de elaboração de projetos, conferindo maior celeridade às demandas de planejamento urbano.

2.2.4. A situação atual que fundamenta a contratação, conforme os registros da Secretaria Municipal de

Obras e Viação, é a seguinte:

| INDICADOR | SITUAÇÃO ATUAL |
|---|---|
| Demandas anuais de levantamento topográfico/aerolevantamento | Pavimentação, drenagem, REURB, cadastro e fiscalização |
| Forma atual de atendimento | Equipe própria com equipamento convencional |
| Prazo médio entre a demanda e a entrega do produto cartográfico | 5 dias |
| Equipe e equipamentos disponíveis | Topógrafo, engenheiro civil, fiscal de obras e fiscal ambiental; receptores GNSS e estação total |

### 2.3. Objetivos da contratação

2.3.1. O objetivo é dotar a Administração Pública municipal de autonomia técnica e operacional para a geração contínua de dados geoespaciais de alta precisão, garantindo suporte cartográfico atualizado para o planejamento e a execução de projetos de infraestrutura urbana (pavimentação, drenagem e terraplenagem), a regularização fundiária, a fiscalização de obras, a atualização do cadastro imobiliário e a delimitação do perímetro urbano, otimizando o emprego dos recursos públicos e garantindo maior celeridade às decisões institucionais.

### 2.4. Resultados pretendidos

| RESULTADO PRETENDIDO | METAS |
|---|---|
| Autonomia e agilidade operacional: execução, pela equipe técnica própria, de levantamentos topográficos de larga escala, reduzindo o tempo de resposta às demandas de engenharia, urbanismo e regularização fundiária. | Diminuição do prazo médio entre a solicitação e a entrega do produto cartográfico |
| **Economia de recursos públicos:** menos despesas com deslocamento, equipes numerosas e tempo prolongado de levantamento em solo. | Menor despesa anual com deslocamento e tempo anual de serviços |

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

| | |
|---|---|
| **Mapeamento de núcleos informais:** ortofotos e modelos 3D de alta resolução para delimitação de lotes, vias e áreas de risco em assentamentos irregulares. | Maior área (m²) e nº de núcleos mapeados por ano |
| **Licenciamento e fiscalização:** apoio ao acompanhamento de obras públicas e privadas, à fiscalização de loteamentos clandestinos e de ocupações em Áreas de Preservação Permanente (APP). | Maior nº de fiscalizações/vistorias apoiadas por imagem aérea |
| **Monitoramento de áreas de risco:** identificação precoce de encostas sujeitas a deslizamentos, áreas suscetíveis a alagamentos e focos de desmatamento ou descarte irregular de resíduos. | Maiores áreas de risco mapeadas e atualizadas |
| **Decisões baseadas em dados reais:** embasamento técnico para projetos de pavimentação, drenagem, redes de água/esgoto e infraestrutura rodoviária municipal. | Aumento na % de projetos elaborados com base cartográfica própria |

### 2.5. Fundamentos legais

2.5.1. Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos); Lei Complementar nº 123/2006; Lei nº 13.709/2018 (LGPD); Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos); Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção); e normas da ANAC, do DECEA e da Anatel aplicáveis à aeronave remotamente pilotada, além da regulamentação municipal pertinente.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

### 3.1. Composição

3.1.1. A solução compreende a aeronave multirrotor com 2 baterias adicionais (3 no total), 3 conjuntos de hélices, controle remoto, carregador de 100 W, hub de carregamento para 3 baterias, cabos USB-C, cartão de memória e case de proteção, fornecida por um único fornecedor, em nota fiscal única, com garantia (item 6.5) e treinamento de operação incluso (item 6.4).

3.1.2. O treinamento de operação não constitui item, componente ou serviço autônomo: integra as condições de fornecimento do equipamento, a exemplo da garantia, e é oferecido pelas revendas sem preço destacado, conforme os três orçamentos do item 14 e do Anexo II.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

3.1.3. O software de processamento fotogramétrico não integra esta contratação. Até a sua aquisição, o processamento das imagens será realizado com recursos já disponíveis no Município, cabendo à aeronave fornecer imagens e metadados em formatos abertos e documentados (item 6.3, "b"), compatíveis com os softwares de processamento usuais de mercado.

**3.2. Justificativa do não parcelamento do objeto**

3.2.1. A aquisição será realizada em item único, compreendendo o fornecimento da aeronave com os seus acessórios, com fundamento no art. 40, §3º, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, pelas razões expostas a seguir.

3.2.2. **Sistema único (art. 40, §3º, II).** A aeronave, as baterias, o controle remoto, o módulo RTK e os demais acessórios formam um único equipamento funcional, cuja divisão traria risco de incompatibilidade entre os componentes e de perda da garantia do fabricante. O treinamento de operação incluso no fornecimento depende do conhecimento específico do modelo e é usualmente oferecido pela própria revenda, sem cobrança em separado, como ocorreu nos três orçamentos obtidos.

3.2.3. **Responsabilidade técnica unificada e menor custo de gestão (art. 40, §3º, I).** O fornecimento por um único contratado concentra nele a responsabilidade pelo funcionamento do equipamento, inclusive no teste do item 8.5, e evita a gestão de mais de um contrato para um objeto de quantidade unitária.

3.2.4. **Adequação orçamentária.** O recurso que custeará a aquisição provém da Emenda à Despesa nº 42/2025 ao Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2026, de autoria do Vereador Dauri Lair Morgenstern, alocada no elemento de despesa 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente, compatível com a natureza do objeto, que é bem permanente a ser incorporado ao patrimônio municipal (item 15).

3.2.5. **Preservação da competitividade.** O mercado dispõe de diversas revendas e distribuidores autorizados que comercializam aeronaves aptas a atender aos requisitos mínimos do item 6.3, com acessórios e com treinamento de operação incluso no fornecimento, de modo que a reunião em item único não restringe indevidamente a competição (item 4.4), atendendo-se à ressalva da Súmula nº 247 do TCU, que admite a adjudicação conjunta quando a divisão do objeto acarretar prejuízo para o conjunto ou perda de economia de escala. As cotações de 3 (três) revendas distintas, que apresentaram orçamento do objeto completo, constam do item 14 e do Anexo II.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

### 3.3. Funcionamento e responsabilidade única

3.3.1. Caberá à CONTRATADA garantir o funcionamento da aeronave e de todos os acessórios fornecidos, bem como o registro, em cada imagem, das coordenadas e do status da solução RTK em formato aberto e documentado, respondendo pelo desempenho do equipamento verificado na demonstração técnica (item 7) e no teste de funcionamento (item 8.5).

3.3.2. Os prazos, o recebimento e o pagamento referem-se ao objeto como um todo, não havendo recebimento definitivo nem pagamento parcial de componente isolado.

### 3.4. Manutenção, garantia e assistência técnica

3.4.1. Os bens devem contar com garantia do fabricante e assistência técnica autorizada no Brasil, nas condições do item 6.5. Os custos posteriores à garantia (manutenção, recalibração e substituição de baterias e hélices) não integram o valor desta contratação.

## 4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

### 4.1. Metodologia e fontes consultadas

4.1.1. O levantamento de mercado teve por finalidade avaliar as soluções disponíveis e subsidiar a escolha da mais adequada e a estimativa do valor, por meio da consulta a fabricantes e distribuidores especializados em VANT de uso topográfico e cartográfico, da verificação de soluções similares adquiridas por outros entes públicos e da análise de catálogos técnicos.

4.1.2. As evidências das consultas constam do processo e estão resumidas no quadro abaixo. Por se tratar de item único, cada orçamento deverá ser emitido por uma mesma empresa e abranger o objeto completo (aeronave e acessórios, com treinamento de operação incluso), com preço global; orçamentos parciais ou que combinem empresas distintas não serão considerados.

| FONTE | DESCRIÇÃO DA CONSULTA | DATA | EVIDÊNCIA |
|---|---|---|---|

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Revendas e distribuidores autorizados | 3 (três) revendas, com orçamento único por empresa e preço global à vista: Farming Solutions FW (CNPJ 53.214.884/0001-43); SCS Tech – Soluções Aéreas com Drones (CNPJ 37.331.504/0001-02); e Terra Tech Comércio de Equipamentos e Treinamentos Ltda (CNPJ 54.693.581/0001-13) | 16/10/2026 | Anexo II |

### 4.2. Alternativas analisadas

4.2.1. Foram analisadas as alternativas a seguir, conforme o ETP:

| ALTERNATIVA | VANTAGENS | LIMITAÇÕES | AVALIAÇÃO |
|---|---|---|---|
| **A.** Levantamento topográfico convencional (estação total/GNSS) com equipe própria | Alta precisão pontual; técnica já dominada | Baixa produtividade em grandes áreas; maior tempo de campo e de equipe; acesso difícil a áreas de risco | Mantida como complemento (inclusive para pontos de controle) |
| **B.** Imagens de satélite ou bases cartográficas de terceiros | Sem operação própria | Resolução e atualização limitadas; sem MDS/MDT de precisão compatível com projetos executivos | Insuficiente para a finalidade |
| **C.** Aquisição de VANT multirrotor com RTK e acessórios **(solução adotada)** | Produtividade; autonomia; dados atualizáveis a qualquer tempo; produtos diretamente utilizáveis em projeto e SIG | Investimento inicial; necessidade de capacitação; restrições regulatórias e climáticas | **Operacionalidade, produtividade, cobertura de voo e ganho de prazo; alternativa mais vantajosa** |

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **D.** VANT de asa fixa/VTOL | Maior cobertura por voo | Custo superior; operação mais complexa (área de lançamento/pouso); menor adequação a ambiente urbano e a inspeções | Não adotada nesta etapa |

### 4.3. Solução escolhida

4.3.1. Adotou-se a alternativa C: aquisição de VANT multirrotor com RTK, com acessórios e com treinamento de operação incluso no fornecimento. A solução permite que a equipe própria de topografia do Município realize em poucas horas de campo a captura de imagens para levantamentos que, pelo método convencional, demandariam mais tempo de campo, formando uma base de dados reaproveitável por diversas secretarias. O software de processamento fotogramétrico, necessário à geração dos produtos cartográficos, não integra esta contratação e poderá ser adquirido em etapa posterior, conforme disponibilidade orçamentária. A alternativa A (levantamento convencional com equipe própria) permanece como complemento, em especial para áreas sob vegetação densa e para a medição de pontos de controle.

### 4.4. Competitividade

4.4.1. As especificações foram definidas em caráter funcional e de desempenho mínimo, vinculadas às duas finalidades da contratação: (i) o mapeamento topográfico com exatidão compatível com o PEC-PCD classe A (item 6.2), que exige câmera de sensor 4/3" com obturador mecânico e RTK integrado; e (ii) a fiscalização de obras e as vistorias a distância, que exigem câmeras de zoom e telêmetro a laser para identificar e medir elementos sem aproximação da aeronave, em obras, loteamentos, Áreas de Preservação Permanente e áreas de risco. As especificações não indicam marca ou modelo (item 6.10), e cada requisito mínimo tem a sua justificativa técnica no item 4.5.

4.4.2. O levantamento de mercado, cujo registro integra o processo administrativo, confrontou os requisitos com as fichas técnicas oficiais de modelos de fabricantes distintos e constatou que há equipamento disponível no mercado que os atende integralmente, comercializado no País por diversas revendas e distribuidores autorizados. Os modelos avaliados que não atendem deixam de cumprir requisitos diretamente ligados às finalidades da contratação, conforme a justificativa do item 4.5.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

4.4.3. A competitividade será assegurada pela participação de qualquer fornecedor, de qualquer fabricante, cujo equipamento atenda aos requisitos mínimos, inclusive pela disputa entre as diversas revendas autorizadas dos modelos aderentes. O valor estimado foi formado por orçamentos de, no mínimo, 3 (três) empresas distintas (item 14). Os requisitos foram reavaliados antes da publicação do edital e mantidos, por guardarem relação direta com as finalidades da contratação (item 4.5). A relação das empresas consultadas consta do item 4.1.2 e do Anexo II.

**4.5. Justificativa técnica dos requisitos mínimos**

4.5.1. Os requisitos mínimos do item 6.3 decorrem de necessidades concretas da Administração. A tabela abaixo apresenta, para os requisitos de maior relevância técnica, a finalidade a que atendem; valores superiores aos mínimos são admitidos:

| REQUISITO MÍNIMO | JUSTIFICATIVA TÉCNICA (FINALIDADE E USO NO MUNICÍPIO) |
|---|---|
| **Câmera de mapeamento com sensor CMOS 4/3" de no mínimo 20 MP e obturador mecânico (item 6.3, “c”)** | O obturador mecânico expõe todo o sensor ao mesmo tempo e elimina a distorção geométrica do obturador eletrônico (rolling shutter) nas imagens captadas com a aeronave em movimento, condição para a exatidão PEC-PCD classe A (item 6.2) sem reduzir a velocidade de voo. O sensor 4/3" permite GSD da ordem de 3 cm a 100 m de altura, dentro do limite de altura da regulamentação, com menos voos por área levantada. |
| **Câmera de zoom com distância focal equivalente de no mínimo 160 mm e zoom híbrido de no mínimo 56x (item 6.3, “d”)** | A fiscalização de obras, loteamentos e ocupações irregulares exige identificar detalhes (estágio de execução, elementos construtivos, materiais depositados, ocupações em APP) a partir de posição afastada, sem sobrevoar diretamente pessoas e imóveis de terceiros, mantendo o afastamento de pessoas não anuentes exigido pela ANAC (RBAC-E nº 94). |

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

| | |
|---|---|
| **Telêmetro a laser integrado, com alcance mínimo de 1.000 m e precisão de no máximo ±(0,3 + 0,002 × D) m (item 6.3, "d")** | Permite medir, a partir da aeronave, a distância e as coordenadas de pontos-alvo (alturas e afastamentos de edificações, dimensões de taludes e encostas, distância de ocupações a cursos d'água) sem acesso físico à área, o que é necessário em propriedades privadas, áreas de risco e APP, com precisão compatível com a instrução de processos de fiscalização. |
| **Controle remoto com tela de no mínimo 5,5", 1.000 nits e saída HDMI (item 6.3, "e")** | O planejamento das missões de mapeamento e a avaliação das imagens de inspeção são feitos em campo, sob sol pleno, o que exige tela de alto brilho; a saída HDMI permite acompanhar a vistoria em monitor externo com a equipe de fiscalização. |
| **Peso máximo de decolagem de 1.500 g (item 6.3, "a")** | Aeronave compacta, transportada em veículo comum e operada por um único servidor, com menor energia em caso de queda, adequada à operação frequente em perímetro urbano. |
| **RTK integrado com precisão de 1 cm + 1 ppm (H) e 1,5 cm + 1 ppm (V), autonomia mínima de 40 min e 3 baterias (itens 6.3, "a" e "b")** | Reduz o número de pontos de controle em campo e o tempo de levantamento, mantida a exatidão exigida, e permite cobrir loteamentos e trechos de vias em menos voos, com menos emendas de blocos de imagens. |
| **Detecção de obstáculos omnidirecional, com sensor na parte inferior (item 6.3, "a")** | A operação ocorre em perímetro urbano, próxima a edificações, postes, fiação e arborização, inclusive em voos de inspeção a baixa altura. A detecção em todas as direções reduz o risco de colisão, de danos a terceiros e de perda do equipamento. |
| **GNSS multiconstelação e correção RTK por rede NTRIP ou estação-base (item 6.3, "b")** | Permite obter a solução RTK em campo tanto com a rede de correção via internet quanto com a estação-base GNSS que o Município já possui (item 2.2.4), sem depender de cobertura celular nas áreas rurais. |
| **Registro de coordenadas e status RTK nos metadados de cada imagem (item 6.3, "b")** | Garante que as imagens possam ser processadas por qualquer software fotogramétrico de mercado, a ser adquirido posteriormente (item 3.1.3), com controle da qualidade de posicionamento de cada imagem. |

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

| | |
|---|---|
| **Armazenamento local e operação sem envio automático de dados a terceiros (item 6.3, "e")** | As imagens registram imóveis, pessoas e informações de interesse fiscal e cadastral, sujeitas à LGPD; o armazenamento local e o controle das atualizações pelo usuário asseguram a guarda dos dados pela Administração. |

4.5.2. Uso previsto das funções de mapeamento e de inspeção: levantamentos de vias públicas, loteamentos, áreas de equipamentos públicos; vistorias de fiscalização de obras, de loteamentos clandestinos e de ocupações em APP.

## 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD. | MEMÓRIA DE CÁLCULO / JUSTIFICATIVA |
|---|---|---|---|
| 1 | Aeronave e acessórios (3 baterias no total) | 1 | Uma equipe de campo, com demanda estimada de 30 levantamentos por ano. Com autonomia mínima de 40 minutos por bateria, três baterias permitem cerca de duas horas de voo nominal por jornada, descontada a reserva de segurança, reduzindo paradas para recarga. |

5.1. O treinamento de operação incluso no fornecimento destina-se a até 4 servidores, de modo a evitar dependência de um único operador e permitir revezamento.

## 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 6.1. Requisitos legais e normativos

a) Observância integral da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável;

b) conformidade com as normas da ANAC (cadastro/registro da aeronave e licenciamento do operador, quando exigíveis), do DECEA (acesso ao espaço aéreo) e da Anatel (homologação do radiotransmissor);

c) proteção de dados pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD) e segurança da informação no tratamento das imagens e dados capturados;

d) produtos destinados a projetos de engenharia, regularização fundiária e georreferenciamento deverão ter responsabilidade técnica de profissional habilitado, com a respectiva anotação/registro (ART, RRT ou TRT), quando exigível.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

### 6.2. Requisitos de desempenho

6.2.1. A aeronave deverá captar imagens e metadados que permitam, mediante processamento fotogramétrico com o emprego de pontos de controle e de verificação, a geração de produtos (ortomosaico, MDS, MDT e nuvem de pontos) com exatidão compatível com a finalidade dos projetos, com GSD/RMSE de no máximo 10 cm, atendendo ao Padrão de Exatidão Cartográfica (PEC-PCD) classe A e, quando aplicável, à ABNT NBR 13133 e às normas de georreferenciamento.

6.2.2. Reconhece-se que o método fotogramétrico apresenta limitações para a representação do terreno sob vegetação densa, hipótese em que deverá ser complementado por levantamento topográfico convencional.

### 6.3. Especificações técnicas mínimas da aeronave

**a) Aeronave e desempenho**

| PARÂMETRO | REQUISITO MÍNIMO |
|---|---|
| Tipo | Multirrotor com braços dobráveis, com câmeras e sensores integrados de fábrica |
| Peso máximo de decolagem (com hélices, bateria e cartão) | Até 1.500 g |
| Tempo máximo de voo (sem vento) | Mínimo de 40 min |
| Tempo máximo de voo pairado (sem vento) | Mínimo de 35 min |
| Distância máxima de voo (sem vento) | Mínimo de 25 km |
| Velocidade horizontal máxima | Mínimo de 15 m/s |
| Velocidade máxima de ascensão | Mínimo de 6 m/s |

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

| | |
|---|---|
| Resistência ao vento (decolagem e pouso) | Mínimo de 10 m/s |
| Temperatura de operação | No mínimo de −10 °C a 40 °C |
| Precisão de voo pairado com RTK | Até ±0,1 m (horizontal e vertical) |
| Detecção de obstáculos | Visão binocular omnidirecional, complementada por sensor infravermelho ou equivalente na parte inferior, com desvio ou frenagem em velocidades de até, no mínimo, 15 m/s |
| Gimbal | 3 eixos, com vibração angular de no máximo ±0,01° |
| Bateria | Inteligente, íons de lítio, com indicação de carga e de ciclos |
| Armazenamento | Cartão microSDXC U3/V30 ou superior, de no mínimo 64 GB, incluso |

**b) Posicionamento**

| PARÂMETRO | REQUISITO MÍNIMO |
|---|---|
| GNSS | Multiconstelação (GPS, Galileo, BeiDou e GLONASS) |
| Módulo RTK | Integrado de fábrica, com precisão RTK FIX de no máximo 1 cm + 1 ppm (horizontal) e 1,5 cm + 1 ppm (vertical) |
| Correção RTK | Por rede (NTRIP), via internet, e por estação-base RTK compatível com o sistema |
| Metadados | Registro em cada imagem das coordenadas e do status da solução RTK (EXIF/XMP) |

**c) Câmera de mapeamento (grande-angular)**

| PARÂMETRO | REQUISITO MÍNIMO |
|---|---|
| Sensor | CMOS de 4/3" com no mínimo 20 MP efetivos |

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

| | |
|---|---|
| Obturador | Mecânico com velocidade de até, no mínimo, 1/2000 s e eletrônico de até, no mínimo, 1/4000 s |
| Abertura | Variável, ajustável no mínimo de f/2,8 a f/8 |
| Campo de visão e foco | FOV mínimo de 80°, distância focal equivalente entre 22 e 26 mm; foco de no máximo 1,5 m até o infinito |
| Intervalo de disparo | No máximo 0,7 s, em JPEG |
| Formato e resolução | JPEG e RAW (DNG), com imagem de no mínimo 5.200 × 3.900 pixels |
| ISO | De no mínimo 100 a 6.400 em modo normal |

**d) Câmeras de zoom e telêmetro a laser (requisitos complementares, para inspeção)**

| PARÂMETRO | REQUISITO MÍNIMO |
|---|---|
| Câmera de zoom | Distância focal equivalente máxima de no mínimo 160 mm; sensor CMOS de no mínimo 1/2" e 12 MP efetivos; zoom híbrido de no mínimo 56x |
| Vídeo | 4K (3840 × 2160) e Full HD, ambos a no mínimo 30 fps, em H.264 e/ou H.265, formato MP4 |
| Telêmetro a laser integrado | Alcance de no mínimo 1.000 m (alvo com 20% de refletividade); zona cega de no máximo 1 m; precisão de no máximo ±(0,3 + 0,002 × D) m, sendo D a distância em metros |

**e) Radioenlace, controle remoto e segurança de dados**

| PARÂMETRO | REQUISITO MÍNIMO |
|---|---|
| Radioenlace | Transmissão digital em 2,4 GHz e 5,8 GHz, homologada pela Anatel; alcance mínimo de 10 km em campo aberto, conforme declarado pelo fabricante; vídeo ao vivo de no mínimo 1080p a 30 fps, com latência máxima de 200 ms |

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

| | |
|---|---|
| Controle remoto | Tela sensível ao toque de no mínimo 5,5", resolução mínima de 1920 × 1080 e brilho mínimo de 1.000 nits; saída HDMI; sistema Android; armazenamento interno mínimo de 64 GB com expansão por microSD; Wi-Fi e Bluetooth 5.0 ou superior; receptor GNSS próprio; autonomia mínima de 3 h; temperatura de operação de no mínimo −10 °C a 40 °C |
| Internet em campo | Compatibilidade com módulo celular 4G, hotspot ou equivalente para acesso à internet em campo (correção RTK por NTRIP) |
| Segurança de dados | Armazenamento local das imagens e da telemetria, sem envio obrigatório ou automático de dados a servidores de terceiros, com possibilidade de operação em modo local/offline e de atualização de firmware controlada pelo usuário |

**f) Itens inclusos no fornecimento:** aeronave; 2 baterias adicionais (3 no total); 3 conjuntos de hélices; controle remoto; carregador de baterias de no mínimo 100 W; hub ou dispositivo equivalente para carregamento simultâneo de 3 baterias; cabos USB-C e USB para USB-C necessários à operação; cartão microSDXC de no mínimo 64 GB; case rígido de proteção; e treinamento de operação, nas condições do item 6.4.

**6.4. Treinamento de operação incluso no fornecimento**

a) Carga horária mínima de 8 (oito) horas para operação da aeronave (planejamento de voo, operação segura, aquisição de imagens, uso de RTK/NTRIP, pontos de controle, organização e exportação das imagens e dos metadados para processamento, manutenção básica e noções da regulamentação ANAC/DECEA);

b) até 4 (quatro) servidores, obrigatoriamente no Município da CONTRATANTE, em razão da parte prática de voo;

c) material didático em português, disponibilizado também em meio digital (PDF, DOCX ou similar), e certificado de participação aos servidores que cumprirem ao menos 90% da carga horária;

d) correrão por conta da CONTRATADA os encargos dos instrutores, o material didático e o ambiente tecnológico de treinamento; caberá à CONTRATANTE disponibilizar o local;

e) realização em até 15 (quinze) dias após a entrega, em datas acordadas com a Secretaria

Municipal de Obras e Viação;

f) o treinamento integra as condições de fornecimento do equipamento, a exemplo da garantia, sem constituir item ou serviço autônomo, e não será cotado, destacado nem pago em separado.

**6.5. Garantia e assistência técnica**

a) Garantia mínima de 12 (doze) meses para a aeronave e acessórios, contra defeitos de fabricação, contada do recebimento definitivo (caso a garantia do fabricante seja contada da ativação do equipamento, a CONTRATADA responderá pela cobertura até completar 12 meses do recebimento definitivo), com assistência técnica autorizada pelo fabricante no Brasil e prazo máximo de 30 (trinta) dias para reparo ou substituição;

b) comprovação de procedência regular do equipamento (inclusive importação, quando for o caso) e de homologação na Anatel, com indicação do número do certificado.

**6.6. Requisitos de habilitação**

6.6.1. A habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e a econômico-financeira seguirão o disposto no edital, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

6.6.2. Qualificação técnica (art. 67 da Lei nº 14.133/2021):

a) atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de equipamento de aerolevantamento (VANT/drone) de natureza e complexidade compatíveis com o objeto, sem exigência de quantitativos mínimos, em razão de o objeto ser de quantidade unitária;

b) declaração do fabricante, do importador ou da própria licitante que indique a assistência técnica autorizada no Brasil (razão social, endereço e contato) que atenderá à garantia.

**6.7. Participação, consórcio e subcontratação**

6.7.1. Será vedada a participação de empresas reunidas em consórcio (art. 15 da Lei nº 14.133/2021), por se tratar de fornecimento de bem de natureza usual, sem complexidade que justifique a reunião de empresas, o que restringiria a competitividade.

6.7.2. Será vedada a subcontratação do fornecimento da aeronave, sendo admitida apenas a realização do treinamento incluso por instrutor credenciado pelo fabricante ou pela revenda, mediante autorização prévia da CONTRATANTE, permanecendo a CONTRATADA integralmente

responsável perante a Administração.

### 6.8. Sustentabilidade e logística reversa

6.8.1. A CONTRATADA deverá observar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), a Resolução CONAMA nº 401/2008 (pilhas e baterias) e o Decreto nº 10.240/2020 (logística reversa de eletroeletrônicos), informando à CONTRATANTE os canais de recolhimento do fabricante ou comerciante para a destinação ambientalmente adequada das baterias de íons de lítio e dos equipamentos inservíveis.

### 6.9. Segurança da informação e proteção de dados

6.9.1. O equipamento deverá permitir o armazenamento local dos dados, nos termos do item 6.3, "e". A CONTRATADA não poderá reter, utilizar ou compartilhar imagens e dados da CONTRATANTE para finalidade diversa da execução do contrato, e deverá observar a LGPD e o dever de confidencialidade.

### 6.10. Marca e modelo

6.10.1. As especificações não indicam marca ou modelo (art. 41 da Lei nº 14.133/2021). Os requisitos do item 6.3 são funcionais e de desempenho mínimo, justificados no item 4.5, e será aceito o equipamento de qualquer fabricante que os atenda integralmente.

6.10.2. A proposta deverá indicar fabricante, marca e modelo do bem ofertado, acompanhados de ficha técnica oficial do fabricante, e o atendimento será verificado na análise documental e na demonstração técnica (item 7).

## 7. CRITÉRIOS DE VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE TÉCNICA (DEMONSTRAÇÃO)

7.1. A conformidade da proposta será verificada em duas etapas: (i) análise documental da proposta e das fichas técnicas oficiais, com a planilha de conformidade do Anexo I preenchida pela licitante; e (ii) demonstração técnica do bem pela licitante classificada em primeiro lugar no item, nos termos do art. 17, §3º, e do art. 41, II, da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Encerrada a disputa, o Pregoeiro convocará a licitante provisoriamente vencedora do item, em até 5 (cinco) dias úteis, para a demonstração, em sessão pública, nas instalações da Prefeitura e em horário administrativo, com duração de até 4 (quatro) horas, sendo facultada a presença dos demais licitantes.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

7.3. **Aeronave:** a demonstração compreenderá a apresentação do modelo ofertado, a verificação dos itens inclusos, o funcionamento da aeronave (decolagem, voo estacionário, aquisição de imagens com RTK e transmissão de vídeo) e a verificação dos requisitos do item 6.3 que possam ser aferidos no ato. A licitante responderá pelo equipamento e por eventual autorização de voo necessária à demonstração. Serão verificados, ainda, o registro das coordenadas e do status da solução RTK nos metadados das imagens captadas (item 6.3, "b") e a sua exportação em formato aberto.

7.4. Os equipamentos, as massas de dados e os demais recursos necessários à demonstração são de responsabilidade da licitante. Caberá à CONTRATANTE apenas disponibilizar o local e o acesso à internet.

7.5. Será desclassificada a licitante que não demonstrar item de atendimento obrigatório ou o demonstrar de forma parcial, que necessitar de intervenção em código-fonte ou em banco de dados durante a demonstração, ou que não comparecer no prazo fixado. Será concedida uma única oportunidade por licitante.

7.6. A demonstração será avaliada por Comissão Técnica designada por portaria, com 2 (dois) dias de antecedência, composta por servidores das áreas de topografia, engenharia civil, fiscalização de obras e fiscalização ambiental, que lavrará ata e parecer conclusivo, publicados no sítio eletrônico da licitação. Reprovada a demonstração, será convocada a licitante subsequente, e assim sucessivamente.

## 8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. **Início.** Após a assinatura do contrato, a CONTRATANTE emitirá a nota de empenho e a ordem de fornecimento, que marcará o início do prazo de entrega.

8.2. **Entrega.** O objeto (aeronave e acessórios) será entregue de uma só vez, em até 30 (trinta) dias corridos da ordem de fornecimento, na Secretaria Municipal de Obras e Viação, em horário administrativo, com manuais em português, termo de garantia, nota fiscal única e comprovante de homologação na Anatel. As despesas de transporte, seguro e embalagem são da CONTRATADA. Deverá ser entregue, com a aeronave, nota técnica que descreva o formato dos metadados registrados em cada imagem (EXIF/XMP e status RTK), para assegurar a compatibilidade com o software de processamento a ser utilizado pelo Município.

8.3. **Recebimento provisório.** Realizado pelo fiscal em até 5 (cinco) dias úteis da entrega, mediante

conferência de quantidade, integridade, itens inclusos e documentação (art. 140, I, "a", da Lei nº 14.133/2021).

8.4. **Treinamento.** Realizado em até 15 (quinze) dias da entrega, conforme o item 6.4.

8.5. **Teste de funcionamento.** Em até 5 (cinco) dias úteis do recebimento provisório, será verificado o funcionamento da aeronave mediante voo de teste com correção RTK, captura de imagens sobre área definida pela fiscalização e conferência, nas imagens obtidas, do registro das coordenadas e do status da solução RTK (item 6.3, "b"). O teste será satisfatório quando a aeronave e os acessórios funcionarem conforme as especificações e as imagens apresentarem os metadados exigidos, em formato legível pelos softwares de processamento usuais de mercado. Constatada não conformidade, caberá à CONTRATADA corrigi-la ou substituir o componente em até 15 (quinze) dias, sem ônus para a CONTRATANTE.

8.6. **Recebimento definitivo.** Em até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão dos testes e do treinamento, mediante termo detalhado que ateste o cumprimento das exigências (art. 140, I, "b", da Lei nº 14.133/2021). O recebimento definitivo abrangerá o objeto completo.

8.7. **Rejeição.** O objeto que não atender às especificações será recusado, devendo ser substituído ou corrigido no prazo de 15 (quinze) dias, sem prejuízo das sanções cabíveis. O recebimento não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela garantia.

## 9. CRONOGRAMA

### 9.1. Cronograma de execução contratual

Prazos contados da ordem de fornecimento (D0), salvo indicação diversa:

| ETAPA | ATIVIDADE | PRAZO | RESPONSÁVEL |
|---|---|---|---|
| 1 | Assinatura do contrato | Até 5 (cinco) dias úteis da convocação | CONTRATADA / CONTRATANTE |
| 2 | Nota de empenho e ordem de fornecimento | D0 | CONTRATANTE |
| 3 | Entrega da aeronave e dos acessórios | Até D0 + 30 dias corridos | CONTRATADA |
| 4 | Recebimento provisório | Até 5 dias úteis da entrega | Fiscal do contrato |

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

| | | | |
|---|---|---|---|
| 5 | Treinamento de operação (incluso no fornecimento) | Até 15 dias da entrega | CONTRATADA |
| 6 | Teste de funcionamento | Até 5 dias úteis do recebimento provisório | Fiscal / Comissão Técnica |
| 7 | Recebimento definitivo | Até 5 dias úteis após o teste e o treinamento | Fiscal / Gestor |
| 8 | Pagamento | Até 20 dias do atesto da nota fiscal | CONTRATANTE |
| 9 | Garantia da aeronave e dos acessórios | 12 meses, do recebimento definitivo | CONTRATADA |

9.1.1. O prazo total, da ordem de fornecimento ao recebimento definitivo, não poderá ultrapassar 60 (sessenta) dias corridos, considerados os prazos máximos acima.

## 10. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021. Ficará responsável pela gestão do contrato o Sr. Gelson Getelina, Secretário Municipal de Obras e Viação, e pela fiscalização técnica o Sr. Leonardo Guimarães Machado, Topógrafo, ou quem vier a substituí-los.

10.2. Competirá à fiscalização: conferir o cumprimento das especificações; realizar os recebimentos provisório e definitivo; conduzir o teste de funcionamento; registrar ocorrências e comunicá-las por escrito à CONTRATADA; atestar as notas fiscais; e propor a aplicação de sanções.

10.3. A CONTRATADA indicará preposto para representá-la durante a execução (art. 118 da Lei nº 14.133/2021), com meios de contato em horário administrativo.

10.4. As comunicações entre as partes serão feitas por escrito, por e-mail ou ofício, com registro em processo. A fiscalização poderá não aceitar o bem ou serviço em caso de má qualidade ou não atendimento a qualquer item especificado, ficando a substituição sob responsabilidade da CONTRATADA.

## 11. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

### 11.1. Obrigações da CONTRATANTE

a) Emitir a nota de empenho e a ordem de fornecimento e fornecer as informações necessárias à execução;

b) designar gestor e fiscais do contrato e indicar os servidores que participarão do treinamento;

c) disponibilizar o local da entrega e do treinamento e acompanhar os testes;

d) providenciar o acesso à correção RTK (rede NTRIP ou estação-base) e os procedimentos de cadastro/registro da aeronave e de acesso ao espaço aéreo junto aos órgãos competentes;

e) efetuar o pagamento nas condições do item 12;

f) aplicar as sanções cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

### 11.2. Obrigações da CONTRATADA

a) Fornecer os bens e serviços conforme as especificações, nos prazos e condições deste Termo de Referência;

b) entregar a documentação, a garantia e os manuais exigidos e comprovar a homologação do equipamento na Anatel;

c) realizar o treinamento e emitir os certificados;

d) corrigir ou substituir, sem ônus, os bens ou serviços recusados ou com defeito dentro da garantia;

e) manter, durante a execução, as condições de habilitação e a regularidade fiscal, social e trabalhista;

f) responder pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros e pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução (arts. 120 e 121 da Lei nº 14.133/2021);

g) observar a LGPD, a confidencialidade e a logística reversa de baterias e equipamentos;

h) indicar preposto e comunicar imediatamente qualquer fato que possa comprometer a execução.

## 12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

12.1. O pagamento será efetuado em parcela única, pelo valor global, após o recebimento definitivo, que pressupõe a entrega da aeronave e dos acessórios, a aprovação no teste do item 8.5 e a conclusão do treinamento com a entrega dos certificados.

12.2. O pagamento será realizado em até 20 (vinte) dias, contados do atesto da nota fiscal ou fatura pela fiscalização, por ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA, observada a ordem cronológica de pagamentos (art. 141 da Lei nº 14.133/2021).

12.3. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, como obrigação financeira pendente decorrente de penalidade ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, sem ônus para a CONTRATANTE.

12.4. Será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. A CONTRATADA optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção dos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

12.5. Nos casos de atraso de pagamento para o qual a CONTRATADA não tenha concorrido, os valores serão atualizados pelo INPC do período.

12.6. O pagamento considerará: a execução efetiva do objeto; a validação técnica dos produtos; a conformidade com as especificações deste Termo de Referência; e o aceite formal da Administração.

## 13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. A contratação será realizada por **licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica** (arts. 6º, XLI, e 29 da Lei nº 14.133/2021), com critério de julgamento de **menor preço global do item único** (art. 33, I).

13.2. A proposta deverá conter: indicação de fabricante, marca e modelo da aeronave; preço global do conjunto, com o treinamento de operação incluso; planilha de conformidade técnica (Anexo I), com a indicação da página ou do link da ficha técnica oficial que comprove cada requisito; prazo de entrega, prazo de garantia e assistência técnica autorizada; e validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

13.3. Será classificada em primeiro lugar a licitante que ofertar o menor preço global, desde que

atenda a todos os requisitos de habilitação e tenha a conformidade técnica aprovada na demonstração (item 7). Aplicam-se os critérios de desempate e as preferências legais previstos no edital.

13.4. Os documentos de habilitação seguirão o item 6.6 e o edital.

## 14. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. A estimativa foi elaborada conforme o art. 23, §1º, IV, da Lei nº 14.133/2021, mediante pesquisa direta com 3 (três) fornecedores distintos, revendas de equipamentos de VANT, cujos orçamentos foram emitidos em 16/10/2026, com preço global para pagamento à vista. O valor estimado corresponde à média aritmética dos três orçamentos, critério adotado em razão da homogeneidade dos preços (coeficiente de variação de 9,8%), sem valores inexequíveis ou excessivamente elevados, conforme a memória de cálculo do Anexo II:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. | QTD. | VALOR UNITÁRIO (R$) | VALOR TOTAL (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| **ITEM ÚNICO – DRONE (VANT) DE MAPEAMENTO COM ACESSÓRIOS** | | | | | |
| 1 | Drone (VANT) multirrotor de mapeamento com RTK, 2 baterias adicionais e acessórios, conforme item 6.3, com treinamento de operação incluso no fornecimento (item 6.4) | CONJ. | 1 | 51.266,67 | 51.266,67 |
| **VALOR TOTAL ESTIMADO** | | | | | **R$ 51.266,67** |

14.2. A memória de cálculo e os documentos de suporte da estimativa constam do processo (Anexo II).

14.3. Por se tratar de item único, a pesquisa de preços considerará exclusivamente orçamentos do objeto completo, cada um emitido por uma mesma empresa, e o valor estimado corresponderá ao preço global do objeto, sem composição por somatório de preços de fornecedores distintos.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

## 15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, com recursos da **Emenda à Despesa nº 42/2025 ao Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2026, de autoria do Vereador Dauri Lair Morgenstern**:

Órgão: 06.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

Programa: 201 - INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA

Projeto/Atividade: 2.012 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA

Elemento de despesa: **127 - 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente**

Fonte de recurso: 1.500.0000.2642 – Emenda à Despesa nº 42/2025

15.2. A despesa será integralmente classificada no elemento 4.4.90.52, por se tratar de aquisição de bem permanente a ser incorporado ao patrimônio municipal. O treinamento de operação incluso no fornecimento não possui preço destacado nos orçamentos e integra o custo de aquisição do equipamento, entendido como os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de funcionamento na forma pretendida pela Administração (NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado).

## 16. REAJUSTE

16.1. Em razão da entrega única e do prazo de vigência, não haverá reajuste de preços durante a execução. Caso a vigência venha a ultrapassar 12 (doze) meses por prorrogação, os preços poderão ser reajustados, respeitada a anualidade contada da data do orçamento estimado, pelo índice INPC (arts. 25, §7º, e 135 da Lei nº 14.133/2021), por apostilamento.

16.2. Extinto o índice, será adotado o que vier a ser determinado pela legislação ou, na ausência dele, outro índice oficial eleito pelas partes por termo aditivo.

## 17. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao

funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

17.2. A aplicação das sanções dar-se-á em processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021. Serão aplicadas as seguintes sanções (art. 156):

a) **Advertência**, para a infração da alínea "a" do item 17.1, quando não se justificar penalidade mais grave;

b) **Multa**, nas modalidades: (i) compensatória, de até 10% sobre o valor da parcela inadimplida, para qualquer das infrações do item 17.1; e (ii) moratória, de até 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

c) **Impedimento de licitar e contratar**, para as infrações das alíneas "b" a "g", quando não se justificar penalidade mais grave;

d) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, para as infrações das alíneas "h" a "l".

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

17.3. As sanções são independentes entre si e podem ser aplicadas isoladamente ou, no caso das multas, cumulativamente. A multa de mora poderá ser convertida em compensatória. O valor da multa compensatória é o mínimo da indenização por perdas e danos, competindo à CONTRATANTE provar o prejuízo excedente (art. 416 do Código Civil). A aplicação de sanções não exime a CONTRATADA de reparar os danos causados.

17.4. O valor da multa poderá ser descontado de pagamentos devidos à CONTRATADA ou da garantia contratual, se houver; na insuficiência, a diferença deverá ser recolhida em 30 (trinta) dias da comunicação oficial, sob pena de inscrição em dívida ativa.

17.5. O contrato poderá ser extinto nos casos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das multas e demais cominações. As sanções de impedimento e de inidoneidade serão publicadas no sítio eletrônico do Município (www.trespassos.rs.gov.br) e informadas aos cadastros nacionais (art. 161). As sanções não elidem a aplicação da Lei nº 12.846/2013 e do Código Penal (arts. 337-E a 337-P).

17.6. Não será exigida garantia de execução contratual (art. 96 da Lei nº 14.133/2021), dada a natureza da aquisição e o pagamento após o recebimento definitivo.

## 18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Eventuais alterações contratuais observarão os arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, sendo admitidos os acréscimos e supressões nos limites do art. 125.

18.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, desde que mantidos os requisitos de habilitação, as demais cláusulas do contrato, sem prejuízo à execução do objeto e com a anuência expressa da Administração.

18.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, à luz da Lei nº 14.133/2021 e das normas aplicáveis.

18.4. Integram este Termo de Referência: **Anexo I** – Planilha de conformidade técnica; **Anexo II** – Pesquisa de preços e memória de cálculo

Três Passos/RS, 23 de outubro de 2026.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

| | |
|---|---|
| **LEONARDO GUIMARÃES MACHADO** | **GELSON GETELINA** |
| Topógrafo | Secretário Municipal de Obras e Viação |
| CREA 213616/RS | Portaria nº 1.989/2025 |
| Elaboração / Fiscal técnico | Aprovação / Gestor do contrato |

**ANEXO II – PLANILHA DE CONFORMIDADE TÉCNICA – apresentar no momento da entrega**

Preenchimento obrigatório pela licitante. Indicar, para cada requisito, se a aeronave ofertada atende e o local (página ou link) da ficha técnica oficial do fabricante que o comprova.

Licitante: _____

Aeronave (fabricante/marca/modelo): _____

**AERONAVE**

a) Aeronave e desempenho

| PARÂMETRO | REQUISITO MÍNIMO | ATENDE (S/N) | REFERÊNCIA NA FICHA TÉCNICA |
|---|---|---|---|
| Tipo | Multirrotor com braços dobráveis, com câmeras e sensores integrados de fábrica | | |

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Peso máximo de decolagem (com hélices, bateria e cartão) | Até 1.500 g | | |
| Tempo máximo de voo (sem vento) | Mínimo de 40 min | | |
| Tempo máximo de voo pairado (sem vento) | Mínimo de 35 min | | |
| Distância máxima de voo (sem vento) | Mínimo de 25 km | | |
| Velocidade horizontal máxima | Mínimo de 15 m/s | | |
| Velocidade máxima de ascensão | Mínimo de 6 m/s | | |
| Resistência ao vento (decolagem e pouso) | Mínimo de 10 m/s | | |
| Temperatura de operação | No mínimo de −10 °C a 40 °C | | |
| Precisão de voo pairado com RTK | Até ±0,1 m (horizontal e vertical) | | |

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Detecção de obstáculos | Visão binocular omnidirecional, complementada por sensor infravermelho ou equivalente na parte inferior, com desvio ou frenagem em velocidades de até, no mínimo, 15 m/s | | |
| Gimbal | 3 eixos, com vibração angular de no máximo ±0,01° | | |
| Bateria | Inteligente, íons de lítio, com indicação de carga e de ciclos | | |
| Armazenamento | Cartão microSDXC U3/V30 ou superior, de no mínimo 64 GB, incluso | | |

b) Posicionamento

| **PARÂMETRO** | **REQUISITO MÍNIMO** | **ATENDE (S/N)** | **REFERÊNCIA NA FICHA TÉCNICA** |
|---|---|---|---|
| GNSS | Multiconstelação (GPS, Galileo, BeiDou e GLONASS) | | |
| Módulo RTK | Integrado de fábrica, com precisão RTK FIX de no máximo 1 cm + 1 ppm (horizontal) e 1,5 cm + 1 ppm (vertical) | | |
| Correção RTK | Por rede (NTRIP), via internet, e por estação-base RTK compatível com o sistema | | |
| Metadados | Registro em cada imagem das coordenadas e do status da solução RTK (EXIF/XMP) | | |

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

c) Câmera de mapeamento

| PARÂMETRO | REQUISITO MÍNIMO | ATENDE (S/N) | REFERÊNCIA NA FICHA TÉCNICA |
|---|---|---|---|
| Sensor | CMOS de 4/3" com no mínimo 20 MP efetivos | | |
| Obturador | Mecânico com velocidade de até, no mínimo, 1/2000 s e eletrônico de até, no mínimo, 1/4000 s | | |
| Abertura | Variável, ajustável no mínimo de f/2,8 a f/8 | | |
| Campo de visão e foco | FOV mínimo de 80°, distância focal equivalente entre 22 e 26 mm; foco de no máximo 1,5 m até o infinito | | |
| Intervalo de disparo | No máximo 0,7 s, em JPEG | | |
| Formato e resolução | JPEG e RAW (DNG), com imagem de no mínimo 5.200 × 3.900 pixels | | |
| ISO | De no mínimo 100 a 6.400 em modo normal | | |

d) Câmeras de zoom e telêmetro a laser

| PARÂMETRO | REQUISITO MÍNIMO | ATENDE (S/N) | REFERÊNCIA NA FICHA TÉCNICA |
|---|---|---|---|
| Câmera de zoom | Distância focal equivalente máxima de no mínimo 160 mm; sensor CMOS de no mínimo 1/2" e 12 MP efetivos; zoom híbrido de no mínimo 56x | | |

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Vídeo | 4K (3840 × 2160) e Full HD, ambos a no mínimo 30 fps, em H.264 e/ou H.265, formato MP4 | | |
| Telêmetro a laser integrado | Alcance de no mínimo 1.000 m (alvo com 20% de refletividade); zona cega de no máximo 1 m; precisão de no máximo ±(0,3 + 0,002 × D) m, sendo D a distância em metros | | |

e) Radioenlace, controle remoto e segurança de dados

| PARÂMETRO | REQUISITO MÍNIMO | ATENDE (S/N) | REFERÊNCIA NA FICHA TÉCNICA |
|---|---|---|---|
| Radioenlace | Transmissão digital em 2,4 GHz e 5,8 GHz, homologada pela Anatel; alcance mínimo de 10 km em campo aberto, conforme declarado pelo fabricante; vídeo ao vivo de no mínimo 1080p a 30 fps, com latência máxima de 200 ms | | |
| Controle remoto | Tela sensível ao toque de no mínimo 5,5", resolução mínima de 1920 × 1080 e brilho mínimo de 1.000 nits; saída HDMI; sistema Android; armazenamento interno mínimo de 64 GB com expansão por microSD; Wi-Fi e Bluetooth 5.0 ou superior; receptor GNSS próprio; autonomia mínima de 3 h; temperatura de operação de no mínimo −10 °C a 40 °C | | |

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Internet em campo | Compatibilidade com módulo celular 4G, hotspot ou equivalente para acesso à internet em campo (correção RTK por NTRIP) | | |
| Segurança de dados | Armazenamento local das imagens e da telemetria, sem envio obrigatório ou automático de dados a servidores de terceiros, com possibilidade de operação em modo local/offline e de atualização de firmware controlada pelo usuário | | |

Local e data: _____

Assinatura do representante legal: _____

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

## ANEXO III – PESQUISA DE PREÇOS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Objeto: drone (VANT) multirrotor de mapeamento com RTK, 2 baterias adicionais (3 no total), acessórios, com treinamento de operação incluso no fornecimento – item único, 1 conjunto.

Parâmetro adotado: pesquisa direta com fornecedores (art. 23, §1º, IV, da Lei nº 14.133/2021), com orçamentos de 3 (três) empresas distintas, emitidos em 16/10/2026, considerado o preço global para pagamento à vista.

| Nº | FORNECEDOR / CNPJ | ORÇAMENTO | ESCOPO COTADO | VALOR GLOBAL À VISTA (R$) |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Farming Solutions FW – CNPJ 53.214.884/0001-43 (Frederico Westphalen/RS) | Nº 1315, de 16/10/2026 | Aeronave; 1 bateria do kit + 2 adicionais; treinamento para até 4 pessoas | 56.800,00 |
| 2 | SCS Tech – Soluções Aéreas com Drones – CNPJ 37.331.504/0001-02 (Porto Alegre/RS) | Nº 0777-26, de 16/10/2026; validade de 60 dias | Aeronave; 3 baterias; acessórios; treinamento de 8 h para até 4 servidores; frete incluso | 47.000,00 |
| 3 | Terra Tech Comércio de Equipamentos e Treinamentos Ltda – CNPJ 54.693.581/0001-13 (Umuarama/PR) | Nº 2677, de 16/10/2026; validade de 15 dias | Aeronave com controle remoto; 3 baterias; treinamento presencial (R$ 52.900,00, com desconto de R$ 2.900,00 para pagamento à vista) | 50.000,00 |

| MEMÓRIA DE CÁLCULO | VALOR |
|---|---|
| **Média aritmética [(56.800,00 + 47.000,00 + 50.000,00) ÷ 3]** | **R$ 51.266,67** |
| Mediana | R$ 50.000,00 |
| Menor valor | R$ 47.000,00 |
| Maior valor | R$ 56.800,00 |

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

| | |
|---|---|
| Desvio padrão amostral | R$ 5.021,29 |
| Coeficiente de variação (desvio padrão ÷ média) | 9,79% |

Critério adotado: média aritmética dos três orçamentos. O coeficiente de variação de 9,79%, inferior a 25%, indica conjunto de preços homogêneo; os valores se afastam da média entre −8,3% e +10,8%, sem preço inexequível ou excessivamente elevado, razão pela qual nenhum orçamento foi descartado.

**Valor estimado da contratação: R$ 51.266,67 (cinquenta e um mil, duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).**

Os orçamentos originais integram o processo administrativo. O orçamento estimado será atualizado próximo à data de publicação do edital, observado o prazo de validade das propostas.

**ANEXO IV – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)**

**LICITAÇÃO Nº.....**
**Pregão ELETRÔNICO Nº *****
**ÓRGÃO LICITANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS**

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

| | |
|---|---|
| **NOME DE FANTASIA:** | |
| **RAZÃO SOCIAL:** | |
| **CNPJ:** | |
| **INSC. EST.:** | |
| **OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO( )** | |
| **ENDEREÇO:** | |
| **BAIRRO:** | **CIDADE:** |
| **CEP:** | **E-MAIL:** |
| **TELEFONE:** | **FAX:** |

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

| **CONTATO DA LICITANTE:** | | **TELEFONE:** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **BANCO DA LICITANTE:** | | **CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:** | | | | |
| **Nº DA AGÊNCIA:** | | | | | | |
| **ITENS** | **DESCRIÇÃO** | **MARCA** | **QUANT.** | **UNIDADE** | **VALOR UNITÁRIO R$** | **VALOR TOTAL R$** |
| **1.** | | | | | | |
| **TOTAL POR EXTENSO:** | | | | | | |

A EMPRESA: ..... DECLARA QUE:

**1** Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.

**2** VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.

**3** Prazo de início de fornecimento/execução dos serviços de acordo com o estabelecido no termo de referência (anexo i) do edital desse processo.

**4** Que não incide nas vedações previstas na lei nº 14.133/2021.

**5** Que o prazo de início da entrega dos equipamentos será de acordo com os termos estabelecidos no anexo I deste edital, a contar do recebimento por parte da contratada do empenho ou ordem de compra, que entregará o objeto no endereço informado no edital ou empenho. Que tem ciência de que se os bens não estiverem de acordo com o descrito em edital, após avaliação do fiscal do contrato, não serão aceitos.

LOCAL E DATA

_____

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

## ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO Nº**
**LICITAÇÃO Nº**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº**

O **MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 87.613.1880001-21, com endereço na Avenida Santos Dumont nº 75, nesta cidade de Três Passos, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Arlei Luis Tomazoni, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 700.363.650-68, portador da Identidade nº 1045276951, residente e domiciliado neste Município de Três Passos/RS, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e a empresa**.....,** inscrita no CNPJ nº, com endereço à.....,Município de....., neste ato representado pelo seu representante legal, Sr....., brasileiro, ....., empresário, portador do CPF nº....., RG nº....., residente e domiciliado na cidade de....., doravante denominada **CONTRATADA**, sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, pactuam o presente Termo de Contrato, que vincula-se as disposições do Pregão nº ...../20...., processo licitatório nº.....autorizado pelo processo administrativo nº..... mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FINALIDADE

**Tem como objeto o presente instrumento a Contratação de empresa do ramo pertinente para....., conforme itens** adjudicados em favor da empresa no Pregão Eletrônico nº....., Solicitação de Fornecimento nº....., cuja finalidade é.....conforme itens abaixo especificados:

| Item | Descrição | Quant | Valor unitário R$ | Valor total R$ |
|---|---|---|---|---|
| 01 | | | | |

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **02** | | | | |

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA

O objeto deverá ser entregue no prazo de .....a contar do recebimento do empenho, podendo ser prorrogado por igual período, desde que justificadamente. A entrega deverá ocorrer na Secretaria de....., no seguinte endereço:..... Será responsável pelo recebimento o(a) Sr(a)....., telefone para contato.....

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO.

O valor total ajustado para o presente contrato é de **R$ .....** (.....), com base na Ata do Pregão eletrônico, após ofertas de lances. No valor estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E DOS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

O pagamento será efetuado em até .....após a entrega total do objeto por empenho, mediante apresentação do documento fiscal correspondente ao objeto contratado e conferência e atestado de recebimento do objeto pelo fiscal do contrato.

§ 1º Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

§ 2º Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

§ 3º Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

§ 4º Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que os valores serão atualizados pelo INPC do período.

## CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

**Órgão: ....Secretaria Municipal de .....**
**Unidade:**
**Proj./Ativ.**
**Elemento: .....**

## CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

O presente instrumento terá vigência pelo período de....., ou seja da data de sua assinatura até .....

**§ 1º** Qualquer alteração no prazo suprarreferido dependerá de prévia aprovação, por escrito, do Contratante.

§4º Havendo interesse das partes, poderá o presente instrumento ser prorrogado por iguais períodos, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021, neste caso será atualizado pelo INPC.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DO GESTOR E DOS FISCAIS DO CONTRATO

Conforme Decreto nº 74/2019, a fiscalização do contrato ficará a cargo dos servidores abaixo elencados, nos termos da portaria de nomeação nº.....

a) Gestor(es):

b) Fiscal(is):

c) Suplentes:

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

## CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO

O contrato será reajustado, nos termos do art. 25 da Lei Federal 14.133/2021 e do Decreto Municipal 34/2023, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data-base do orçamento estimado, mediante solicitação do contratado.

§ 1º Para fins de reajuste, levar-se à como data base a data do orçamento estimado, ou da planilha orçamentária constante do processo administrativo ou do Termo de Referência.

§ 2º Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

§ 3º O valor do contrato será reajustado pelo INPC, obedecendo-se a metodologia de cálculo adequada para sua atualização.

§ 4º Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

§ 5º A revisão de contrato ou reequilíbrio econômico-financeiro decorre da imprevisão, consiste em um fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, anormal e extraordinário, que poderá ser concedido a qualquer tempo, e para sua concessão devem ser verificados os seguintes requisitos:

a) evento futuro e incerto;

b) evento ocorrido após a apresentação da proposta;

c) o evento não pode ocorrer por culpa da contratada;

d) possibilidade de revisão seja aventada pela contratada ou pela contratante;

e) modificação consubstancial nas condições contratadas;

f) haja nexo causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos da contratada.

g) demonstração da quebra de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata

que demonstre que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.

§ 6º O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência deste instrumento e antes de eventual prorrogação.

§ 7º A contratada, para fazer jus ao equilíbrio econômico-financeiro, deverá apresentar em até 10(dez) dias após a assinatura deste instrumento planilha de custos elaborada pelo contador/técnico contábil da empresa e documentos comprobatórios dos preços apresentados. A falta da apresentação desta poderá ensejar o indeferimento do pedido pelo setor de contabilidade.

§ 8º Solicitada reapactuação ou o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o contratante obrigado a responder em até 30 (trinta) dias da data do requerimento.

§ 9º O não cumprimento do prazo constante no item § 8º desta cláusula não implica em deferimento do pedido por parte do contratante. Todos os documentos necessários à apreciação do pedido deverão ser apresentados juntamente com o requerimento.

## CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Para a presente contratação não haverá exigência de garantia de execução tendo em vista que o objeto somente será pago após a sua entrega.

## CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

§ 1º São obrigações da Contratante:

a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021; A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 2º São obrigações da contratada:

a) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**I -** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

**II -** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**III -** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

**IV -** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

**V -** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**VI -** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**VII -** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

**VIII -** Implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, em caso de licitação de grande vulto, nos termos do artigo 25, §4º da Lei nº 14.133/2021;

**IX -** Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

## CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

A empresa CONTRATADA se compromete a executar o contrato de acordo com as disposições do Edital e em conformidade com as cláusulas constantes neste instrumento.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

### § 1º Das Infrações Administrativas

Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não mantenha a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebre o contrato ou não entregue a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;

h) apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou preste declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

i) fraude a licitação ou pratique ato fraudulento na execução do contrato;

j) comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza;

l) pratique atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

m) pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**§ 2º Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas**

A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I- advertência, para a infração prevista na alínea "a", quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II- multa, nas modalidades:

1. Compensatória, de até 10% sobre o valor da parcela inadimplida, para quaisquer das infrações previstas nas alíneas "a" até "m".

2. Moratória, pelo atraso injustificado na execução do contrato, de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

3. Impedimento de licitar e contratar, para as infrações previstas nos itens "b" até "g", quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para as infrações previstas nos itens "h" até "m".

**§ 3º Da Aplicação das Sanções**

I. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis. A aplicação de sanções não exime o licitante ou o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público. O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo da indenização devida à título de perdas e danos, competindo ao contratante provar o prejuízo excedente, nos termos do art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

II. A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.
III. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
IV. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do *caput* do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.
V. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30 ou nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).
VI Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts.337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

**§ 4º Da execução da garantia contratual**

O valor da multa poderá ser descontado da garantia contratual, havendo. Se a multa for de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo contratante.
I. Se os valores da garantia e das faturas forem insuficientes, fica o contratado obrigado a recolher a diferença devida, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial. Esgotados o prazo para pagamento do valor devido, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa tributária. Não havendo garantia, a multa será cientificada ao contratado para pagamento nos mesmos prazos estipulados neste item, sob pena de inscrição em dívida ativa, após o decurso deste prazo.

## CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO

O presente termo de contrato poderá ser extinto:

I. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
II. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

III. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

IV. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

V. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTES ASPECTOS, CONFORME O CASO: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.

## CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES

É vedado à contratada:

I. A subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da Contratante;

II. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

§ 1º Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

§ 2º A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§ 3º As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

§ 1º Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8583/2026**
**LICITAÇÃO Nº 330/2026**
**PREGÃO ELETRÔNICO 194/2026**

## CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Três Passos-RS, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir eventuais questões decorrentes deste contrato ou sua execução, que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual forma, teor e conteúdo.

Três Passos, .....

**Contratante:**

_____
Município de Três Passos
.....
Prefeito

**Contratada:**

_____

Assessor Jurídico: _____